

AS CONTRIBUIÇÕES DAS PEDAGOGIAS DECOLONIAIS PARA REPENSAR O ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

ANA PAULA SOUZA DO PRADO ANJOS¹

MARILDE QUEIROZ GUEDES²

RESUMO

A formação de uma nova consciência sobre as relações étnico-raciais é um dos maiores desafios da educação pós-moderna. Na perspectiva de refletir caminhos para o desenvolvimento de propostas pedagógicas antidiscriminatórias, esse trabalho investigou como as pedagogias decoloniais podem contribuir para repensar o estudo dessas relações no Brasil. A reflexão apresentada é um recorte da dissertação intitulada “Interculturalidade e políticas de ações afirmativas étnico-raciais: desafios e perspectivas dos currículos dos cursos de formação de professores(as)”. A partir da literatura analisada, foi possível apreender que as pedagogias decoloniais têm mais condições de subsidiar conhecimentos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antidiscriminatórias e repensar as relações étnico-raciais cotidianas entre os diferentes grupos sociais e culturais, devido seu caráter político emancipador, crítico-reflexivo, contra hegemônico e de desconstrução do pensamento eurocêntrico. Os achados evidenciaram, também, que essas pedagogias perspectivam a formação de outra cultura de convivência social com e a partir das diferenças.

Palavras-chave: Discriminação; pedagogias decoloniais; relações étnico-raciais.

Introdução

A diversidade de povos no Brasil, com suas culturas e demais especificidades, tem propiciado uma riqueza de encontros, trocas e aprendizagens, assim como, de conflitos e de discriminações sob as mais diversas interfaces.

Em um contexto de acirramento das situações discriminatórias e de revogação de direitos, pensar propostas de enfrentamento ao racismo e a outros tipos de segregações, a partir de propostas pedagógicas críticas, é um desafio não só contra o patriarcalismo, o neocolonialismo, mas contra o próprio Estado, que por interesses escusos tem promovido, o que Mbembe (2016) denomina de necropolítica, quando o Estado adota uma política da morte contra os(as) “indesejados(as)”, como o extermínio da juventude negra, a precarização das escolas quilombolas, indígenas e das periferias, o descumprimento dos direitos humanos nos presídios, a omissão no cuidado da saúde dos(as) indígenas, e a exploração de suas terras.

Nessa perspectiva, a formação de uma nova consciência sobre as relações

¹ Mestranda do Programa de Ciências Humanas e Sociais (UFOB). Especialização em Coordenação Pedagógica (UCAM). Analista Universitária – Pedagoga da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-Campus IX).

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia - Campus IX - Barreiras (BA) e docente colaboradora do Programa de Ciências Humanas e Sociais (UFOB).

étnico-raciais, tendo como base a igualdade na diferença se deparam com obstáculos em vários setores, porque o racismo é uma política de caráter estrutural e estruturante na nossa sociedade. Refletir essas relações não envolve apenas conscientização sobre mudança de postura, mas o questionamento de privilégios e exigência de direitos.

No âmbito da educação, as discussões e construção de pontes para formação de uma consciência antirracista, também enfrenta dificuldades, a começar pela utilização de materiais didáticos e desenvolvimento de práticas pedagógicas, dentro de uma lógica eurocêntrica.

Diante da existência de outros paradigmas educacionais contra hegemônicos, propusemos a investigar como as pedagogias decoloniais podem contribuir para repensar o estudo das relações étnico-raciais. Neste texto, apresentamos um recorte da pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, denominada “Interculturalidade e políticas de ações afirmativas étnico-raciais: desafios e perspectivas dos currículos dos cursos de formação de professores(as)”. Trata-se de uma análise teórica fundamentada em reflexões de autores de vertente decolonial e pós-críticas e refletida a partir do método crítico-dialético.

Destacamos a importância dessa abordagem na área de educação devido sua capacidade de dinamizar ações de libertação e de transformação, quando apoiada em concepções crítico-reflexivas e decoloniais.

A EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

A educação e a pesquisa são, em si, instrumentos políticos para colaborar com a opressão ou com a libertação. Neste trabalho, ambas são mobilizadas para denunciar as injustiças, as discriminações, as desigualdades, visibilizar a importância das políticas públicas antirracistas, refletir sobre nosso papel na sociedade e analisar as contribuições de outras epistemologias teórico-práticas, que primam pela inclusão, libertação e autonomia de todos os indivíduos.

Convém destacar que as discussões sobre as relações étnico-raciais não surgem no início do século XXI, mas é neste século que recebe maior atenção, especialmente, após a criação da Lei nº 10.639/2003, e subsequentes, programas, e projetos voltados ao estudo das relações étnico-raciais em todas as modalidades de educação.

A necessidade de discutir esse problema, assim como, de adotar medidas reparatórias se dá pela manutenção e consequências das discriminações contra negros(as) e indígenas, desde os primórdios da colonização no Brasil. São concepções histórico-culturais e político-ideológicas que têm assumido novas faces e interfaces por meio de diferentes construções discursivas, ao longo do tempo.

Nesse ínterim, Santos (2007, p. 30) aponta o racismo como uma “construção material e simbólica que justifica e legitima as desigualdades sociais”. Podemos, também, considerá-lo como uma ideologia complexa, diversificada e dinâmica, que propicia a exclusão de homens e mulheres em todas as classes sociais, e assume caráter individual, cultural, institucional e estrutural.

O racismo estrutural é mais complexo e tem como natureza a interseccionalidade da discriminação, o que na visão de Crenshaw (2002, p. 176) o torna “particularmente difícil de ser identificado em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo”.

Conquanto, a discriminação racial é a materialização dos preconceitos e racismos, seja através de ação ou omissão, que violam os direitos das pessoas com base em diferenças de gênero, etnia, idade, crença, cultura, nacionalidade etc. Tem como requisito fundamental a aquisição ou manutenção do poder. Para isso, utiliza-se de força física, relacional e/ou simbólica.

No contexto de abertura política à agenda de reivindicações das minorias (início do século XXI), a implementação da Lei nº 10.639/2003, tornou-se a principal impulsionadora para a discussão em torno de uma educação para a diferença, e a criação de outros marcos normativos e políticas públicas em várias áreas, a saber: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI (Decreto nº 5. 159/2004), ensino sobre a história e cultura indígena (Lei nº 11.645/2008), Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), política de cotas étnico-raciais em instituições de educação superior estaduais e federais, as quais influenciaram na criação de reserva de 50% das vagas em instituições de educação técnica e superior para egressos(as) de escolas públicas (Lei nº 12.711/2012), promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo nos programas e ações do Ministério da Educação (Portaria Normativa nº 21/2013), reserva de 20% das vagas em concursos públicos no âmbito federal aos negros(as) (Lei nº 12.990/2014), metas específicas no Plano Nacional de Educação (2014-2024)

e políticas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação brasileiros (Portaria Normativa nº 13/2016).

Embora todas as políticas aqui elencadas sejam consideradas de grande avanço, por estarem ocorrendo em uma sociedade racista, que vangloria o engodo da democracia racial, ainda são, em sua maioria, medidas reparatórias ou de compensação, com pouca preocupação em discutir criticamente as estruturas que mantêm as desigualdades. Infelizmente, parte das políticas educacionais, no Brasil, garante apenas alguns direitos, não provocando mudanças profundas nas estruturas da sociedade, porque mantém os mesmos mecanismos de desigualdades.

Como as discriminações desse caráter são de ordem estrutural e inter-relacional, a superação exige mudanças estruturais (política, econômica, social, educacional, cultural).

AS PERSPECTIVAS DAS PEDAGOGIAS DECOLONIAIS NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS EDUCATIVAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Com o advento da pós-modernidade, muitas verdades etnocêntricas consideradas absolutas passaram a ser questionadas e relativizadas. Esse fenômeno ocorreu com o eurocentrismo, aqui compreendido paradigma, fundado “na crença da superioridade do modo de vida e do desenvolvimento europeu-ocidental”, (BARBOSA, 2008, p. 47), levando à emergência do surgimento de outros modelos de referência nas ciências sociais.

Apesar das dificuldades enfrentadas por esse paradigma, para se manter como modelo de referência na construção do pensamento ocidental, entre elas, o não atendimento das demandas pluridimensionais na América Latina, ele ainda tem sustentação devido à sua base epistemológica estar centrada no racionalismo das ciências exatas, o que agrega reconhecimento da comunidade científica.

A superação do eurocentrismo e da colonialidade, na educação, necessariamente, perpassa por um olhar decolonial acerca do papel social dessa na “descolonização do currículo, que implica em conflito, confronto, negociações e produz algo novo” (GOMES, 2008, p. 527), assim como em processos de descolonização mais profundos, do ser, do saber e do poder (QUIJANO, 2005), com

a apresentação de outra matriz de pensamento, de outros pressupostos filosóficos, teorias científicas, métodos e de valores a partir das necessidades locais dos povos marginalizados.

Para contrapor o modelo educacional vigente, o qual tem imensas dificuldades de dialogar com a cultura e a realidade dos(as) educandos(as), intelectuais, pesquisadores(as), coletivos e movimentos sociais vêm propondo o desenvolvimento de outros paradigmas educacionais para América Latina, pensados a partir da realidade do próprio território e nos pressupostos das pedagogias decoloniais.

Entre os coletivos de estudos nessa vertente, podemos destacar o Grupo Modernidade/Colonialidade constituído por intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, e países da América Latina, a saber o filósofo Enrique Dussel e o semiólogo e teórico cultural Walter Mignolo (Argentina), o sociólogo Aníbal Quijano (Peru), o sociólogo Ramón Grosfoguel e o filósofo Nelson Maldonado Torres (Porto Rico), o antropólogo Arturo Escobar (Colômbia) e a linguista norte-americana radicada no Equador, Catherine Walsh, entre outros.

As propostas pedagógicas decoloniais vão além da promoção de aperfeiçoamentos nas práticas de ensino-aprendizagem, elas propõem um novo modelo de referência em que os(as) subalternizados(as) sejam reconhecidos(as), valorizados(as) e visibilizados(as). No entanto, é uma proposta que enfrenta forte resistência de implantação no sistema formal de ensino, especialmente no Brasil, justamente por ter caráter reflexivo, crítico, libertador, de resistência e insurgência.

De acordo com Walsh (2007, p. 15) as pedagogias decoloniais “integran el cuestionamiento y el análisis crítico, la acción social transformadora, pero también la insurgencia e intervención em los campos del poder, saber y ser, y en la vida”.

É importante destacar que essas epistemologias consideram que o ser é amplamente influenciado e afetado pelas relações políticas, econômicas, sociais, culturais, educacionais, entre outras, logo, as mudanças desejadas precisam considerar a pessoa como um todo, ou seja, ser pensadas de maneira interdimensional e integrada.

Nessa senda, abordamos o interculturalismo e o multiculturalismo, na perspectiva crítica, como duas epistemologias decoloniais que vêm se consolidando no âmbito da educação e das ciências sociais, e apresentam possibilidades significativas no enfrentamento das discriminações, por procurarem

construir espaços de visibilidade das diferentes culturas em todas as áreas da sociedade, não reduzindo à tolerância ou ao simples reconhecimento da cultura do(a) outro(a).

De acordo com Silva e Bradim (2008, p.64),

O multiculturalismo crítico levanta a bandeira da pluralidade de identidades culturais, a heterogeneidade como marca de cada grupo e opõe-se à padronização e uniformização definidas pelos grupos dominantes. Celebra o direito à diferença nas relações sociais como forma de assegurar a convivência pacífica e tolerante entre os indivíduos, caracteriza o compromisso com a democracia e a justiça social, em meios às relações de poder em que tais diferenças são construídas.

Já a interculturalidade é apresentada como uma nova referência de caráter pluridimensional, que desperta esperança no combate às exclusões e uma alternativa ao pensamento eurocêntrico na América Latina. Um dos objetivos da interculturalidade, segundo Fleuri (2003), é contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o "outro", construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se, na realidade, de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento social, na redistribuição de poder e direito de representação das minorias.

As reflexões realizadas possibilitaram perceber que as pedagogias decoloniais, com suas diversas perspectivas epistemológicas têm capacidade de contribuir na construção de outros modelos de relações sociais entre os diversos grupos étnicos a partir do desenvolvimento do(a):

- Respeito à diversidade e leitura positiva da pluralidade social e cultural;
- Criação de políticas públicas de ações afirmativas que promovam a valorização, reconhecimento, garantia de direitos e autonomia das pessoas marginalizadas;
- Desenvolvimento da consciência crítico-reflexiva, política, emancipatória e plural;
- Sensibilização dos(as) profissionais(as) da educação quanto a essas questões e à concretude de ações na perspectiva da diferença.
- Fortalecimento da identidade pessoal e social de um coletivo, além de contribuir na articulação social das minorias, na reivindicação por maior representatividade nos espaços de decisão;

- Formação de outra cultura de convivência social com/e a partir das diferenças.
- Visibilização das contribuições dos povos negros e indígenas na construção do Brasil, em todas as áreas
 - Repensar a formação profissional e o papel da universidade na promoção de uma educação antirracista;
- Escolha consciente e crítica dos materiais didáticos e práticas pedagógicas coerentes com um currículo vivo;
- Desconstrução de preconceitos, da história e de ideologias presentes no currículo escolar;
- Valorização de uma pedagogia dialógica, em que todos(as) tenha voz e possam ser escutados;
- Torna a cultura, a história e as contribuições desses povos, objetos de aprendizagem, discussão e desenvolvimento de novas compreensões;
- Possibilita a formação social dos(as) educandos(as) para compreensão das causas e consequências da marginalização de determinados indivíduos no Brasil, assim como de reconhecer o papel assumido pelo racismo na estruturação das relações sociais, econômicas, culturais, educacionais, entre outras.

Como a educação é uma das áreas mais propícias para a formação de outra consciência social sobre as relações sociais, o currículo escolar e o de formação de professores(as) ganham relevo como um dos espaços cruciais para a implementação de tal perspectiva. Nesse propósito, vale sempre questionar que tipo de currículo e que profissional queremos formar, em coerência com as pedagogias decoloniais. De igual modo, não perder de vista a dimensão política do currículo, este artefato que interage com a ideologia, a cultura e o poder (MOREIRA E SILVA, 1994).

Considerações finais

Depreende-se das contribuições apresentadas que as pedagogias decoloniais têm mais condições de subsidiar conhecimentos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antidiscriminatórias e repensar as

relações étnico-raciais cotidianas entre os diferentes grupos sociais e culturais. Entretanto, diante das dificuldades de implementar tal paradigma contra hegemônico no sistema formal de educação, as epistemologias interculturais e multiculturais, em uma dimensão crítica, também fornecem elementos para se repensar o currículo escolar eurocêntrico, nas diversas modalidades de ensino.

Para tanto, urge a necessidade de um processo de desconstrução de ideologias impregnados nos materiais didáticos, propostas pedagógicas e relações sociais no ambiente escolar, bem como investir na formação crítica e comprometimento político pedagógicos por parte dos(as) profissionais da educação.

Conquanto, é possível afirmar que a interculturalidade crítica é considerada uma proposta teórico-prática mais avançada e com maiores condições de fornecer os saberes essenciais para o modelo educacional apresentado.

Referências

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019. 264 p.

BARBOSA, M. S. Eurocentrismo, história e história da África. **Sankofa**, São Paulo, n. 1, p. 47-63, jun., 2008.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Santa Catarina, n. 23, p. 16-34, maio/jun/jul/ago, 2003.

GOMES, N. L. Descolonizar os currículos: um desafio para as pesquisas que articulem a diversidade étnico-racial e a formação docente. In: XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre-RS: ENDIPE, 2008, p. 516-528.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005, p. 227-278.

SANTOS, R. A. **Racismo, preconceito e discriminação: concepções de professores**. 2007. 120 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, M. J. A.; BRANDIM, M. R. L. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Diversa**, Belo Horizonte-MG, ano I, n. 1, p. 51-66, 2008.

WALSH, C. Interculturalidad crítica/pedagogia decolonial. In: **Memórias del Seminario Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 17-19 de abril de 2007.